

Entraves do câmbio livre

por Milton Gamez
de São Paulo

A dívida externa é o grande entrave da prática da taxa livre de câmbio no Brasil. Sem sua solução, o mercado não conseguirá arbitrar livremente as trocas cambiais, que serão sempre dirigidas pelo Banco Central. Esta opinião foi defendida ontem pelo diretor de câmbio do Unibanco, Edgar Teixeira, durante o debate "Os Aspectos Financeiros do Plano Brasil Novo", promovido pelo Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros (IBEF).

"O governo é que determina a taxa livre, pois é o grande comprador, deve ter dólares em caixa para pagar a dívida externa", assinalou Teixeira. Para ele, o mercado interno não tem como absorver o superávit da balança comercial e o Banco Central termina por adquirir a diferença entre as exportações de US\$ 34 bilhões e as importações de US\$ 16 bilhões.

Isto explica, por exemplo, a impossibilidade do mercado em recuperar a defasagem de 30% na taxa de câmbio em relação ao dólar tanto pleiteada antes da posse de Collor. De lá para cá, o cruzeiro desvalorizou-se apenas cerca

de 12%. Desde a reabertura dos bancos, o Banco Central é que acabou puxando um pouco o dólar, reflete o diretor do Unibanco. Ontem, o BC comprou moeda americana em leilão por uma média de Cr\$ 50,30 por dólar (ver matéria na página 23).

Edgar Teixeira criticou a mera instituição da taxa livre pela autoridade monetária ao mesmo tempo que foram mantidos os controles cambiais existentes até então, como o limite de saída de moeda de US\$ 4 mil no caso do dólar-turismo, US\$ 20 mil para compra de "software" e outras determinações.

Para ele, a oferta de moeda estrangeira será estabilizada "se a dívida externa for bem negociada e o cruzeiro tornar-se uma moeda confiável". Teixeira sugere uma reforma nos instrumentos de controle das importações, que vise à melhoria da produção industrial brasileira e consequente estabelecimento de confiança na moeda nacional. Isto atrairia novos capitais e a oferta de moeda se estabilizaria. O executivo ressaltou que a abertura das importações deve considerar o "atraso tecnológico de uns 20 anos da indústria", aspecto inibidor da competitividade internacional.